



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES DO PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PARA ESTÁGIO DE ESTUDANTES DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

A Secretária de Gestão de Pessoas do egrégio TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, Presidente da Comissão do Processo Seletivo destinado ao recrutamento de estagiários, designada pela portaria nº2192/2017, publicada no Diário de Justiça do Pará de 19 de maio de 2017, considerando o disposto na Resolução nº 013/2014-GP e alterações posteriores, torna pública as disposições do **PROCESSO SELETIVO** para alunos do ensino médio e superior, visando à **formação de cadastro reserva para estágio** neste Poder, a ser realizado por intermédio do CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE, conforme as instruções contidas neste Edital.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Processo Seletivo Simplificado é regido por este Edital, promovido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ e executado pelo Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, organização que atualmente funciona como agente de integração no âmbito deste poder, visando à seleção de estagiários para as Unidades Judiciárias e Administrativas da Justiça Estadual;

1.2 - O presente processo seletivo observará o disposto na Lei Federal nº 11.788/2008, na Resolução nº 013/2014-GP, incluindo alterações posteriores e nas demais normas aplicáveis;

1.3 - O processo de seleção deste Edital será para **formação de cadastro reserva**, para fins de estágio, destinado a estudantes de níveis médio e superior vinculados a instituições públicas e privadas, a ser desenvolvido no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, conforme Relação de Unidades/Cursos constante do Anexo I, deste Edital;

1.4 - O estágio visa proporcionar a complementação do ensino e aprendizagem aos estudantes de nível médio e de nível superior, constituindo-se em instrumento de integração em termos de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano dos cursos listados no Anexo I deste Edital.

2 - DOS REQUISITOS MÍNIMOS

2.1 - No ato da inscrição, os candidatos deverão:

- a) Ter idade mínima de 16 (dezesseis) anos;
- b) Estar matriculado em instituições de ensino reconhecidas pelo órgão oficial correspondente;
- c) Estar cursando, no mínimo, a **1º série** ou período equivalente, do ensino médio, no caso dos candidatos que concorrerão a vaga desse nível;
- d) Estar cursando, no mínimo, o período equivalente ao **3º semestre**, do ensino superior, no caso dos candidatos que concorrerão a vaga desse nível;
- e) Não ter estagiado no TJPA por mais de 18 meses, de forma contínua ou intercalada.

2.2 – No ato da convocação, os candidatos deverão:

- a) Ter disponibilidade para estagiar por no mínimo 6 (seis) meses;
- b) Estar matriculado e frequentando efetivamente o respectivo curso;

- c) Ter disponibilidade para estagiar em regime de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, de acordo com o horário estabelecido por este Poder, podendo este ser no horário matutino ou vespertino de acordo com a conveniência e oportunidade da Administração;
- d) Ser brasileiro ou estrangeiro, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável;
- e) Não realizar estágio em outro órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- f) Não possuir dependência de matéria que integre o currículo do respectivo curso;
- g) Estar cursando, no mínimo, a **2ª série** ou período equivalente, do ensino médio, no caso dos candidatos que concorrerão a vaga desse nível;
- h) Estar cursando, no mínimo, o **5ª semestre** ou período equivalente, do ensino superior, no caso dos candidatos que concorrerão a vaga desse nível para a Comarca a Belém;
- i) Estar cursando, no mínimo, o **3ª semestre** ou período equivalente, do ensino superior, no caso dos candidatos que concorrerão a vaga desse nível para as demais Comarcas;
- j) Ter cursado, no mínimo, 50% do curso tecnológico, no caso em que estes cursos forem admitidos.

3-DOS PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO E PROVA

3.1 - As inscrições poderão ser realizadas, gratuitamente, no período de **11h00 do dia 06 de junho de 2017 até às 23h59min do dia 20 de junho de 2017** (horário de Brasília), no sítio eletrônico do CIEE (www.ciee.org.br).

3.1.1 - Para realizar sua inscrição no processo seletivo, o estudante deve entrar no sítio eletrônico do CIEE (www.ciee.org.br), clicar no acesso para "ESTUDANTES", localizar na lista de "PROCESSOS SELETIVOS" o logotipo do "TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ" e clicar neste link. Estarão disponíveis o Edital e o Formulário para preenchimento da Inscrição.

3.2 - Será aceita apenas uma inscrição por candidato, em caso de multiplicidade, será considerada somente a última inscrição.

3.2.1 - O candidato, no ato da inscrição, deverá escolher uma única Comarca à qual concorrerá, devendo optar, dentro desta, pela área de atuação, conforme relação de cursos constante do Anexo I;

3.2.2 - Ao término da inscrição, o candidato estará apto a participar da prova on-line no período informado no item 3.3, bastando informar o e-mail e CPF cadastrado no ato da inscrição;

3.2.3 - Não será possível alterar dados relativos a inscrição (ex.: e-mail, curso, Comarca, etc.);

3.2.4 - Eventuais equívocos deverão ser corrigidos mediante realização de nova inscrição que cancelará inscrição anterior;

3.2.5 - As inscrições que não atenderem a todos os requisitos fixados serão canceladas.

3.3 - O candidato deverá realizar a prova on-line no período de **11h00 do dia 26 de junho de 2017 até às 23h59min do dia 30 de junho de 2017** (horário de Brasília).

3.3.1 - O candidato terá 02 minutos para responder cada questão, caso não responda dentro do tempo determinado, o sistema considerará a resposta em branco;

3.3.2 - O candidato, ao acessar a prova, só poderá sair após a conclusão de todas as questões, salvo o disposto no item 3.3.3;

3.3.3 - Em caso de desconexão, o candidato poderá retomar a execução da prova, no período constante no item 3.3, hipótese na qual será atribuída resposta em branco na questão que estava sendo exibida no momento da desconexão;

3.3.4 - O candidato que não realizar a prova on-line estará automaticamente eliminado do processo seletivo;



- 3.3.5 - Os candidatos que não realizarem ou realizarem de forma incompleta, uma ou mais etapas do processo de seleção, no prazo determinado, serão automaticamente eliminados.
- 3.4 - As provas aplicadas serão elaboradas observado o Conteúdo Programático constante do Anexo II.
- 3.4.1 - O candidato do **nível médio** realizará prova com 30 (trinta) questões, sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Informática e 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais;
- 3.4.2 - O candidato de **nível superior, do curso de Direito**, realizará prova com 30 (trinta) questões, sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Informática e 10 (dez) questões de Conhecimentos básicos de Direito;
- 3.4.3 - O candidato de **nível superior, dos demais cursos**, realizará prova com 30 (trinta) questões, sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Informática e 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais;
- 3.5 - As questões objetivas terão 04 (quatro) alternativas, contendo somente uma resposta correta;
- 3.6 - As questões serão selecionadas no banco e apresentadas de forma randômica, questão por questão;
- 3.7 - Após a conclusão da prova on-line, esta não poderá mais ser acessada.

4 - DAS OPORTUNIDADES DE ESTÁGIO

- 4.1 -A relação dos cursos por Comarcas para formação de cadastro de reserva, está relacionada no Anexo I, deste Edital.
- 4.1.1-As oportunidades de estágio serão ofertadas conforme a disponibilidade orçamentária e financeira, bem como a conveniência e necessidade do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;
- 4.1.2- O acréscimo e supressão das oportunidades de estágio dar-se-á exclusivamente por critério da Administração.
- 4.2 - Aos candidatos com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e art. 17, § 5º da Lei Federal nº 11.788/2008 é assegurado o direito de inscrição neste Processo Seletivo, devendo suas atividades serem compatíveis à sua condição;
- 4.2.1- Os candidatos com deficiência participarão do processo de recrutamento e seleção em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação e a nota mínima exigida para aprovação;
- 4.2.2 - Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações;
- 4.2.3 - O candidato que se inscrever na condição de pessoa com deficiência e obtiver classificação dentro dos critérios estabelecidos neste edital, figurará em lista específica e também na listagem de classificação geral dos candidatos, na qual constará a indicação de que se trata de candidato com deficiência;
- 4.2.4 - Será reservado o percentual de 10% (dez por cento) do total de vagas disponibilizadas, cuja classificação será realizada em lista própria;
- 4.2.5 - A existência de deficiência deverá ser indicada pelo candidato no momento de sua inscrição, sendo comprovada na ocasião de sua admissão mediante laudo médico emitido nos últimos 90 (noventa) dias, contendo o CID (Classificação Internacional de Doenças), compatível com a deficiência informada, a ser homologado pela Junta Médica do Tribunal de Justiça do Pará;
- 4.2.6 - Não sendo comprovada a situação descrita no item 4.2.5, o candidato figurará somente na



condição de classificação geral.

5 - DA DESCLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

5.1 - O candidato será desclassificado do processo seletivo, se:

- a) fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- b) não for localizado em decorrência de cadastro (endereço, telefone e *e-mail*) desatualizado, incompleto ou incorreto;
- c) não atender às determinações deste Edital e de seus atos complementares;
- d) quando, após sua convocação para admissão, não comparecer ao local no prazo designado e;
- e) não atingir o percentual mínimo previsto no item 6.2.

6 - DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

6.1 - A cada questão correta do teste *on-line* será atribuído 01 (um) ponto, de tal maneira que, na soma da pontuação de todas as questões, perfaça-se um total de 30 (trinta) pontos.

6.2 - Será classificado o candidato que obtiver pontuação igual ou superior a 15 (quinze) pontos no teste *on-line*.

6.3 - Será automaticamente reprovado o candidato que obtiver pontuação igual a zero em alguma matéria.

6.4 - No ato da convocação os candidatos que não atenderem ao disposto no item **2.2, alíneas g, h, i e j**, serão remanejados para o final da lista de classificação.

7 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1 - Em caso de empate na classificação do teste *on-line*, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

7.1.1 - For mais idoso, desde que tenha idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme art. 27, parágrafo único, da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);

7.1.2 - Pertencer ao Serviço Público do Estado do Pará, nos termos do art. 10, §1º, da Lei Estadual nº 5.810/1994;

7.1.3 - Tiver maior tempo de serviço público no Estado do Pará, contado em anos, meses e dias até a data do encerramento das inscrições, nos termos do art. 10, §1º, da Lei Estadual nº 5.810/1994;

7.1.4 - Melhor resultado no teste *on-line* de Língua Portuguesa;

7.1.5 - Melhor resultado no teste *on-line* de Informática;

7.1.6 - Maior idade.

7.2 - O candidato que declarar, no ato da inscrição, ser Servidor Público, deverá, para efeito do disposto nos itens 7.1.2 e 7.1.3, enviar por email (psestagio.tjepa@ciee.org.br), no período constante no item 3.1, declaração (ões) comprovando tal condição, com expressa referência ao respectivo tempo de serviço (contado em anos, meses e dias).

7.2.1 - O documento que for enviado, fora do prazo informado ou das condições exigidas neste item, não será aceito e o candidato concorrerá na mesma condição dos demais candidatos.

8 - DO RESULTADO DA SELEÇÃO PÚBLICA

8.1 - A lista por Comarca e Área de Atuação, em ordem decrescente de classificação das notas



obtidas, nos termos deste Edital, será publicada por meio do sítio eletrônico do CIEE (www.ciee.org.br) e do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (<http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/>), na data provável de **26/07/2017**, conforme cronograma disposto Anexo III.

8.2 – Todos os candidatos classificados comporão cadastro de reserva destinado a suprir as oportunidades de estágio a serem, eventualmente, ofertadas no decorrer da vigência deste processo seletivo, de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, não gerando qualquer obrigatoriedade ou direito líquido e certo dos concorrentes.

9 - DOS RECURSOS

9.1 - O Gabarito Provisório e o Caderno de Questões serão divulgados no dia **03/07/2017**;

9.2 - Os recursos poderão ser interpostos somente no dia **04/07/2017**;

9.3 - Admitir-se-á um único recurso para cada questão, por candidato;

9.4 - Para interpor o recurso o candidato deverá preencher formulário específico a ser obtido no sítio eletrônico do CIEE e enviá-lo para o e-mail psestagio.tjpa@ciee.org.br;

9.5 - O recurso deverá ser fundamentado e instruído devidamente, com material bibliográfico apto ao embasamento, quando for o caso;

9.6 - Será indeferido o recurso que descumprir as determinações constantes neste Edital e estiver fora dos prazos estabelecidos no mesmo;

9.7 - Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões objetivas porventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, mesmo para aqueles que não tenham obtido na correção inicial.

9.8 - As possíveis alterações no resultado da prova da seleção pública serão conhecidas por meio da divulgação no sítio eletrônico do CIEE (www.ciee.org.br) e do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (<http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/>), conforme cronograma disposto Anexo III.

10 - DA CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS E ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO

10.1 - A convocação dos classificados durante o prazo de validade deste processo seletivo obedecerá rigorosamente à ordem de classificação por Comarca e Área de Atuação para a qual concorreu, salvo disposto nos itens 10.13 e 10.14.

10.2 - Os candidatos serão convocados para o Estágio, mediante:

a) 2 (duas) tentativas de contato telefônico;

b) envio de e-mail;

c) envio de SMS.

10.3 - Após o primeiro contato o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para confirmar o interesse na vaga.

10.4 - O candidato convocado deverá apresentar-se ao posto do agente de integração, localizado na Secretaria de Gestão de Pessoas deste Poder, situada na Rua Curuçá, nº 555, Telégrafo Sem Fio, Belém-PA, munido da seguinte documentação:

a) original e cópia da cédula de identidade;

b) comprovante de inscrição em situação cadastral junto ao Cadastro de Pessoa Física (CPF), emitido no sítio eletrônico da Secretaria da Receita Federal;

c) original e cópia do comprovante de quitação com as obrigações militares, caso o candidato seja



do sexo masculino e tenha idade igual ou superior a 18 anos.

d) Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais, caso seja maior de 18 anos.

e) 1 (uma) fotografia 3x4;

f) Histórico escolar/acadêmico atualizado;

g) Declaração de matrícula emitida pela instituição de ensino;

h) Atestado médico comprovando a aptidão clínica para realização do estágio.

i) Original e cópia do comprovante de residência e;

j) Certidão comprobatória da inexistência de antecedentes criminais emitida pela justiça comum do Estado do Pará no sítio eletrônico deste Poder (<http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/>).

10.5 - Em se tratando de oportunidades de estágio em Comarcas do interior do Estado, a documentação deverá ser entregue na respectiva Comarca.

10.6 - O prazo para a entrega da documentação, de que trata o item 10.4, é de 05 (cinco) dias úteis, contados da confirmação do interesse no estágio por parte do candidato, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, mediante justificativa.

10.7 - No ato da entrega da documentação o candidato preencherá ficha de inscrição disponibilizada pelo agente de integração.

10.8 - O não atendimento do disposto no item 10.6, implica na desistência do estágio.

10.9 - Recebida a documentação, de que trata o item 10.4, será emitido o Termo de Compromisso de Estágio, que deve ser assinado pelo candidato e pela instituição de ensino no prazo estabelecido pelo agente de integração.

10.10 - A não devolução do termo de compromisso de estágio, devidamente assinado, no prazo estabelecido pelo agente de integração, ensejará o cancelamento do estágio.

10.11 - A ausência de qualquer documentação exigida para contratação implicará na não admissão do candidato, estando este eliminado definitivamente do processo seletivo;

10.12 - A inexatidão de afirmativa ou a falsidade de documentos, ainda que verificada *a posteriori*, implicará na eliminação do candidato

10.13 - Por ocasião da convocação para admissão, é facultado ao candidato classificado solicitar reclassificação para o final da lista.

10.14 - No momento da convocação, caso o candidato deseje trocar de Comarca poderá solicitar a mudança e ir para o final da lista relativa à comarca pretendida.

11 - DAS CONDIÇÕES DA ESTÁGIO

11.1 - A carga horária do estágio é de 4h diárias e 20h semanais.

11.2 - A bolsa de estágio para o nível superior é de **R\$ 600,00** (seiscentos reais).

11.3 - A bolsa de estágio para o nível médio é de **R\$ 450,00** (quatrocentos e cinquenta reais).

11.4 - O estagiário terá direito a auxílio transporte mensal, na proporção máxima de 22 (vinte e dois) dias úteis, de acordo com o valor da tarifa urbana, no local em que for realizado o estágio.

11.5 - O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, encerrando-se toda e quaisquer relações tão logo cumpridas às etapas nele previstas.

11.6 - O período de estágio não será superior a 02 (dois) anos, exceto para as pessoas com deficiência, conforme art. 11 da Lei Federal nº 11.788/2008.

12 - DA VALIDADE DA SELEÇÃO PÚBLICA

12.1 - A seleção pública, para formação de cadastro de reserva, terá validade de **01 (um) ano**,



contada a partir da data de publicação do edital de homologação do resultado final, ficando a critério do Tribunal a prorrogação por igual período.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas no Edital e nas normas legais pertinentes, em relação as quais não poderá alegar desconhecimento.

13.2 - A classificação final no Teste Seletivo geram para o candidato mera expectativa de direito ao preenchimento das oportunidades de estágio eventualmente existentes no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, o qual se reservará ao direito de convocar os candidatos em número que atenda ao interesse e às necessidades da Administração, conforme disposto neste Edital e nas normas aplicáveis.

13.3 - O candidato deverá manter atualizado seu endereço de e-mail e telefone junto ao CIEE, caso classificado na Seleção Pública, sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seus dados;

13.4 - O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ e o CIEE não se responsabilizam por solicitações de inscrições e provas não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como por outros fatores de quaisquer natureza que impossibilitem a transferência de dados.

13.5 - Eventuais esclarecimentos poderão ser prestados pelo CIEE através do *e-mail* psestagio.tjepa@ciee.org.br;

13.6 - Os casos omissos serão resolvidos pelo CIEE, podendo ser ouvido o Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Belém-PA, 29 de maio de 2017.


PATRICIA LOPES BACELLAR SARAIVA
Secretária de Gestão de Pessoas

ANEXO I – RELAÇÃO DE UNIDADES/CURSOS

COMARCA	ÁREA DE ATUAÇÃO	CURSOS ADMITIDOS
Abaetetuba	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Acará	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Afuá	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Alenquer	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Almeirim	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Altamira	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Anajás	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Ananindeua	Área Jurídica	Direito
	Equipe multidisciplinar	Psicologia ou Pedagogia
	Arquivo	Arquivologia
	Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Anapú	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Augusto Correa	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*



	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Aurora do Pará	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Aveiro (Termo Judiciário da Comarca de Itaituba)	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Bagre (Termo Judiciário da Comarca de Breves)	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Baião	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Barcarena	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Belém	Área Jurídica	Direito
	Área multidisciplinar	Pedagogia, Psicologia e Serviço social
	Área de saúde	Enfermagem e Odontologia
	Área de Engenharia	Arquitetura e Engenharia Civil
	Área de Comunicação e Cultura	Arquivologia, Biblioteconomia, Comunicação Social, Jornalismo, História, Marketing, Museologia e Publicidade e Propaganda
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
Benevides	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Bonito	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Bragança	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio



Brasil Novo	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Breu Branco	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Breves	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Bujaru	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Cachoeira do Arari	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Cametá	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Canaã dos Carajás	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Capanema	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Capitão Poço	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Castanhal	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área de Comunicação e Cultura	Arquivologia e Biblioteconomia
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Chaves	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*



	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Colares (Termo Judiciário da Comarca de Vigia)	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Conceição do Araguaia	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Concórdia do Pará	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Curionópolis	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Curalinho	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Curuçá	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Dom Eliseu	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Eldorado dos Carajás	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Faro	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Garrafão do Norte	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Goianésia do Pará	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*

	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Gurupá	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Icoaraci (Distrito de Belém)	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Igarapé Açú	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Igarapé Mirí	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Inhangapí	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Ipixuna do Pará	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Irituia	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Itaituba	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Itupiranga	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Jacareacanga	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Jacundá	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*



	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Jurutí	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Limoeiro do Ajurú	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Mãe do Rio	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Magalhães Barata (Termo Judiciário da Comarca de Igarapé- Açú)	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Marabá	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área de Comunicação e Cultura	Arquivologia e Biblioteconomia
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Maracanã	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Marapanim	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Marituba	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Medicilândia	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Melgaço	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Mocajuba	Área Jurídica	Direito



	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Moju	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Monte Alegre	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Mosqueiro (Distrito de Belém)	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Muaná	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Nova Timboteua	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Novo Progresso	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Novo Repartimento	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Óbidos	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Oeiras do Pará	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Oriximiná	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Ourém	Área Jurídica	Direito



	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Ourilândia do Norte	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Pacajá	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Paragominas	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Parauapebas	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Peixe Boi	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Ponta de Pedras	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Portel	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Porto de Moz	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Prainha	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Primavera	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Redenção	Área Jurídica	Direito



	Área de Comunicação e Cultura	Arquivologia e Biblioteconomia
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Santarém Novo	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Santo Antônio do Tauá	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
São Caetano de Odivelas	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
São Domingos do Araguaia	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
São Domingos do Capim	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
São Felix do Xingú	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
São Francisco do Pará	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
São Geraldo do Araguaia	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
São João do Araguaia	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
São Miguel do Guamá	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio



São Sebastião da Boa Vista	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Senador José Porfírio	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Soure	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Tailândia	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Terra Santa	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Tomé Açu	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Tucumã	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Tucuruí	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Ulianópolis	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Uruará	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Vigia	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio

Viseu	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio
Xinguara	Área Jurídica	Direito
	Área Administrativa	Cursos de nível superior relacionados com a área*
	Área Administrativa – Ensino médio	Ensino médio

*Cursos de nível superior relacionados com a área – Administração, Secretariado Executivo, Gestão Pública, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Processos Gerenciais, Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Estatística.



ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. CURSOS DE NÍVEL MÉDIO E NÍVEL SUPERIOR, EXCETO DIREITO

Língua Portuguesa: Ortografia Oficial; Acentuação Gráfica; Emprego de Tempos e Modos Verbais; Concordância Nominal e Verbal.

Informática: Excel; Word; Correio Eletrônico; Internet.

Conhecimentos Gerais: Atualidades; Saúde; Meio Ambiente; História; Geografia.

2. CURSOS NÍVEL SUPERIOR (DIREITO)

Língua Portuguesa: Ortografia Oficial; Acentuação Gráfica; Emprego de Tempos e Modos Verbais; Concordância Nominal e Verbal.

Informática: Excel; Word; Correio Eletrônico; Internet.

Conhecimentos Básicos de Direito: Administração Pública; Estrutura Administrativa: Conceito, Elementos e Poderes do Estado; Organização do Estado e da Administração: Entidades Políticas e Administrativas, Órgãos e Agentes Públicos; Atividade Administrativa: Conceito, Natureza e Fins, Princípios Básicos, Poderes e Deveres do Administrador Público, o Uso e o Abuso do Poder, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Assinatura manuscrita em azul no canto inferior direito da página.

ANEXO III – CRONOGRAMA

AÇÕES	DATAS
Inscrições	06/06 a 20/06
PROVA ON LINE	26/06 a 30/06
Divulgação do Gabarito Provisório e Caderno de Questões	03/07
Prazo para interposição dos Recursos	04/07
Publicação do Gabarito Oficial	26/07
Publicação de Resultado Final	26/07